

SUSTENTABILIDADE, AGRONEGÓCIO E RENOVABIO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS E SEUS DESAFIOS

Resumo

Envolvendo questões entre a sustentabilidade, termo frequentemente discutido atualmente, e o agronegócio brasileiro, permeia desde 2017 debates acerca da Política Nacional de Biocombustíveis, popularmente conhecida como RenovaBio. Nesse sentido, o propósito nesse estudo é discutir o campo da sustentabilidade no agronegócio brasileiro e mais especificadamente no setor sucroenergético através das questões trazidas pelo RenovaBio. Essa é uma política relativamente recente que vem passando ainda por adequações, mas promete ser agente de mudanças em direção a redução das emissões de GEE através do aumento dos biocombustíveis na matriz de transportes do Brasil. Porém expectativas podem diferir da realidade e é o que se propõe a discutir nesse estudo. Essa política possui diversos desafios e pontos de atenção que se não solucionados ou contornados de maneira eficiente pode levar ao insucesso de sua implementação, no entanto, se bem direcionada quando dos papéis de cada parte envolvida, possui potenciais de êxito.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Agronegócio, RenovaBio, Emissões de GEE, Biocombustíveis

Introdução

A sustentabilidade é um termo comumente utilizado nos vários fóruns de discussão em diversificadas áreas de conhecimento e atuação. E conforme traz Robertson (2021), sustentabilidade significa “continuar sem interrupção”. Tem-se sustentabilidade ainda com uma segunda definição conforme um conjunto de atitudes que visam a preservação dos recursos naturais a fim de que o abastecimento das gerações futuras não seja comprometido (PORTNEY, 2015). Esse conceito é aplicável a todos os setores da economia e tem sido pauta relevante nos mais importantes fóruns nacionais e internacionais.

Em outro lado, tem-se o agronegócio, conceituado por Bialoskorski Neto (1994) como referência do sistema agropecuário em sua integralidade, que envolve todas as

etapas necessárias para a produção de produtos que envolvem estrutura agroindustrial, desde a da matéria prima até seu processamento e consumo final. O agronegócio é visto com relevância no Brasil, pelo fato de contribuir positivamente com a economia através de seus números significativos que representam 26% do PIB no país (CNA, 2021).

Importante expor a relação da sustentabilidade com o agronegócio brasileiro que crescentemente tem sido foco de uma exigência relevante tendo em vista sua participação na economia e aos efeitos causados pelas suas atividades.

A produção de cana de açúcar para fabricação do etanol, é um dos principais segmentos do agronegócio brasileiro, representando a maior produção mundial de cana-de-açúcar e segunda maior produção de etanol, além de grande consumidor de biocombustíveis e energia gerada por sua biomassa. Em termos quantitativos, o PIB deste setor foi de R\$ 156 bilhões em 2017 (CEPEA, 2021).

Neste sentido, uma das iniciativas que envolveu questões relacionadas à sustentabilidade do setor sucroenergético envoltas com políticas públicas é o RenovaBio, a Política Nacional de Biocombustíveis sancionada em 2017 pela Lei nº 13.576, a qual tem como objetivo aumentar a eficiência energética, também promover a expansão do etanol na matriz energética nacional, para então reduzir as emissões de GEE e contribuir para o atendimento aos compromissos do Brasil do Acordo de Paris (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2020).

Ainda segundo o que explana a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2020), o RenovaBio surgiu então, como uma proposta de assegurar a relevância dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, além de proporcionar previsibilidade nesse mercado e redução das emissões de GEE pelo setor de transporte.

Tendo em vista esses pontos, é interessante destacar a relação entre tais conceitos que é o ponto chave para o raciocínio proposto nesse documento. Apesar de o objetivo principal do RenovaBio ser a descarbonização através da matriz de transportes do Brasil, sua política foi elaborada para que os atuantes cumpram certas exigências de sustentabilidade, como por exemplo, elementos passíveis de avaliação sustentável que são considerados para que os produtores de biocombustíveis possam se beneficiar em maior ou menor proporção em termos de ganhos econômicos. Outro ponto de destaque é o fato de que ele existe para auxiliar o Brasil no cumprimento com seus compromissos do Acordo de Paris, que foi uma iniciativa das Organizações das Nações Unidas (ONU)

numa Conferência sobre as mudanças climáticas que é um dos tópicos abordados pela sustentabilidade.

No entanto, o RenovaBio está inserido no contexto do agronegócio pelo fato de que atua na descarbonização com o objetivo de aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes que, por sua vez, é produzido por agroindústrias que cultivam cana de açúcar e grãos para esse fim.

Diante disso, têm-se como objetivos gerais desse documento, compreender o ponto de vista de especialistas do setor de biocombustíveis no Brasil em relação a alguns aspectos do RenovaBio, através de uma análise de discurso de entrevistas, e como objetivos específicos, identificar os desafios que ele enfrenta desde sua implementação, e que podem fazer transparecer suas possíveis incapacidades em cumprir com seus objetivos e atender às expectativas centrais.

Por se caracterizar como uma política em posição relevante no Brasil, e se mostrar instrumento significativo envolvendo questões de mercado, ambientais e governamentais, é fundamental uma investigação profunda no tocante ao seu contexto, efeitos e percalços.

Desse ponto em diante, o documento vai trazer uma breve discussão acerca da sustentabilidade e agronegócio, características gerais da Política Nacional de Biocombustíveis, abordando em seguida os materiais e métodos do presente estudo, a análise e discussão dos resultados obtidos e após, as considerações finais.

A Sustentabilidade e o Agronegócio

No que se refere à sustentabilidade ambiental, tem-se o conceito de preservação para um futuro a longo prazo. Existem três dimensões inter-relacionadas que são as esferas ecologia, economia e sociedade, e são evidenciadas pelo termo *triple bottom line* que se baseia no conceito do equilíbrio entre a relação homem-natureza, e economia. Esse tripé é frequentemente tratado com certo equívoco entre as organizações, visto que a proposta advém da ideia de que o desempenho geral de uma organização deve ser definido com base em sua contribuição combinada para a prosperidade econômica, qualidade ambiental e capital social. De forma que utilize sistemas não poluentes, conserve energia e recursos naturais, seja economicamente viável além de seguro e saudável aos

funcionários, comunidades e consumidores. Basicamente lança a ideia de avaliação dos efeitos das atividades de uma organização sobre o meio em que ela atua (ZAK, 2015).

Discorrer a respeito de sustentabilidade requer refletir em relação a diversos conceitos que cotidianamente entende-se dominar, no entanto Thiele (2016) chama a atenção, através de provocações em pontos relevantes dentro da discussão sobre o conceito de sustentabilidade. Muitos mencionam a sustentabilidade como forma de reduzir os impactos negativos do ser humano para com os recursos naturais, no entanto, visto os avanços atuais, talvez fosse melhor passar a olhar para esse ponto com o objetivo de aumentar os impactos positivos concomitantemente.

Thiele (2016) ainda estimula o pensar no sentido ético da sustentabilidade, sendo ela um propósito ou apenas uma ideologia ascendente em um esforço para se viver bem em um mundo cada vez mais lotado e complexo de recursos gradualmente mais escassos. A sustentabilidade demonstra seus componentes éticos diante das reivindicações morais sobre as responsabilidades e obrigações de indivíduos e organizações. Embora raramente seja rotulada de ideologia, a autora comenta que ela parece se enquadrar na descrição, pois constitui um conjunto coerente de crenças e valores inter-relacionados que estabelecem como a vida coletiva pode ser mais bem organizada. Considerando ainda, a sustentabilidade como a ideologia predominante de nossos tempos, pois é global em seu alcance e apelo.

Do ponto de vista de Farias (2014) o desenvolvimento sustentável enquanto um processo de gerar riqueza e bem-estar econômico, ao mesmo tempo em que defenderia o equilíbrio social e impediria a destruição do meio ambiente se encontra distante, de certo modo, da realidade atual. Ele apresenta a teoria crítica da Sustentabilidade, sinalizando não o posicionamento contrário às medidas que visem a sustentabilidade ambiental, mas suas limitações, problemas e contradições. Nesse sentido, ele explana sobre o fato de que dentro das práticas empresariais, a sustentabilidade é vista como política para incentivo ao consumo e de atitudes não sustentáveis no ambiente interno corporativo, ou seja, gradativamente elas têm adotado políticas sustentáveis para se promover diante dos *stakeholders* não dando devida atenção a seus funcionários indo contra o incentivo à saúde e qualidade de vida também típico dessa iniciativa.

Em concordância com o que comenta Farias (2014), têm-se a abordagem de Cornell e Damodaran (2020), que menciona o *environmental, social and governance*

(ESG), princípio de investimento pautado em responsabilidades sociais e ambientais, como um método abordado pelas empresas muito mais para parecer do que para ser realmente. Segundo ele, quando uma companhia é julgada como “boa” tende a ter maior valor agregado e quando não, menor valor. E nesse sentido, para serem consideradas “boas” muitas vezes fazem parecer que honram as responsabilidades ambientais e sociais quando na verdade só estão se beneficiando da narrativa sem efetivar as ações que evidenciam para seus *stakeholders*.

Perante o exposto, é possível observar o quanto a sustentabilidade é um termo tratado dentro das organizações e demais players do mercado como uma saída para os problemas atuais, porém voltando a fazer referência ao que explana Farias (2014) esse sistema apresenta falhas assim como outras políticas e requer cooperação e consciência dos atores por ele.

Diante dessa discussão no que tange à sustentabilidade, e tendo em vista o objetivo da reflexão acerca do RenovaBio nesse material, é evidente que o agronegócio adentraria a essa discussão justificada pelo fato de que é a base da produção de etanol de cana de açúcar, cenário onde atua essa política.

O agronegócio tem se consolidado nas últimas décadas hegemonicamente no Brasil, sustentado por processos políticos e econômicos que transcendem a esfera nacional e que lhe permitem essas taxas de crescimento significativas. Uma importante discussão a ser evidenciada é em relação ao discurso do agronegócio no cenário brasileiro, a partir de publicidades veiculadas no espaço televisivo e midiático, mais precisamente uma publicidade da campanha Agro: a indústria riqueza do Brasil, que passa uma imagem distorcida do que se trata a realidade, pois apesar de economicamente atrativo, o agronegócio se mostra agente causador de significativa degradação dos recursos naturais, prejudica a produção por meio de agricultura familiar, a exclusão de camponeses despossuídos do campo, entre outras mazelas além de encobrir problemas históricos ligados ao uso e a distribuição da terra no Brasil (DOS SANTOS, DE OLIVEIRA, & GUALBERTO, 2019).

Em paralelo às questões relacionadas aos prós e contras do agronegócio brasileiro, tem se tornado relevante também a discussão acerca do desenvolvimento do setor sucroenergético dentro da esfera do agronegócio, e igualmente, tem-se potencializado o debate sobre a inclusão de questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, econômica

e social nesse meio, relacionadas às produções agrícola e industrial, ao manejo de resíduos, à expansão da terra, aos impactos na biodiversidade, recursos hídricos, solos, às questões trabalhistas, aos impactos regionais, que quando se tratam dessas iniciativas, buscam compreender se tais realizações estão dentro das esperadas, e se podem potencializar o crescimento sustentado e sustentável do setor (SILVA 2019).

Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

Inserido do setor sucroenergético, atua então o RenovaBio que é composto por três eixos de funcionamento, sendo eles as metas de descarbonização, a certificação da produção e os créditos de descarbonização.

O processo se dá primeiramente pela emissão de metas de descarbonização pelo governo, sendo posteriormente desdobradas aos distribuidores de combustíveis conforme sua participação no mercado de combustíveis fósseis, que são obrigados a cumpri-las através da compra de Créditos de Descarbonização (CBIOS). Uma vez cumpridas, entende-se que se deixou de emitir GEE's na quantidade que as metas estipularam. No segundo eixo- tem-se a certificação voluntária dos produtores de biocombustíveis que, após o processo de certificação e através da Renovacalc – ferramenta disponibilizada pelo órgão de suporte dessa política baseada na Análise de Ciclo de Vida (ACV) dos biocombustíveis – conseguem obter a Nota de Eficiência Energética (NEEA) que, multiplicada pelo volume de produção de biocombustível, resulta na quantidade de CBIOS que esse produtor pode emitir e comercializar aos distribuidores, fechando-se assim o ciclo (Ministério de Minas e Energia, 2021).

O objetivo principal da política de aumentar a participação do etanol na matriz energética brasileira, ainda segundo o Ministério de Minas e Energia (2021), espera ser cumprido através do fato de que suas metas compulsórias são baseadas na quantidade de combustíveis fósseis que os distribuidores de comercializam, ou seja, quanto mais combustível fóssil ele vender, maior quantidade de CBIOS terá que obter, então por essa razão, o montante despendido para compra obrigatória dos CBios poderá ser repassada ao consumidor final através dos combustíveis fósseis, impulsionando a diminuição da demanda sobre eles aumento da demanda sobre biocombustíveis e consequentemente menor volume de venda que em um próximo período resultará em metas mais amenas.

Entendido o processo de funcionamento, cabe discutir as nuances dessa política, ou seja, seus principais desafios. Ao passo de sua implementação, ela considera que o etanol é um combustível limpo, ou seja, seu processo produtivo e utilização emitem menos GEE em relação a um combustível fóssil. Essa perspectiva é defendida por (ZUURBIER, 2008) e é justificada pela implantação do RenovaBio.

Dado seu processo de funcionamento, é possível apontar algumas observações que trazem uma reflexão em torno das expectativas dessa política. Apesar de os resultados até o momento terem sido satisfatórios segundo a UDOP (2021), que informa o cumprimento comprovado de 98% das metas de aquisição de créditos em 2020, é uma política ainda em desenvolvimento, com apenas um ano e meio de vigor, onde parte desse tempo ainda esteve passando por readequações e, portanto, ainda não está consolidada integralmente, não sendo possível concluir ou observar se os resultados existentes são significativos visto que implementações nesse sentido requer tempo para adaptação e consolidação. Dessa forma, Das Graças (1997) discorre sobre a implementação de políticas públicas, segundo ela, geralmente quando o processo de implementação de um programa ou política pública depende de um certo número de elos numa cadeia, então a necessidade de cooperação entre as partes envolvidas pode ser muito elevada. Se isto não acontecer, pequenos obstáculos podem levar a um grande fracasso.

Assim, o processo de implementação pode ser uma continuação da formulação, envolvendo flexibilização, idas e vindas etc. - de maneira que compreende um contínuo processo de interação e negociação ao longo do tempo. Esse modelo se caracteriza dessa forma pois, na realidade o que existe não é um processo acabado, mas sim um contínuo movimento de interação entre uma política em mudança, uma estrutura de relações de grande complexidade e um mundo exterior não só complexo, mas também, caracterizado por uma dinâmica cada vez mais acelerada (DAS GRAÇAS, 1997).

Diante do explorado até o momento, é possível observar que o RenovaBio é uma política e como toda política ela precisa ser aceita pelas partes envolvidas, ou seja, exige consciência e comprometimento dos *stakeholders*, e, apesar de explanar sobre a relação conscientização e alfabetização, um assunto não em pauta nessa discussão mas muito relevante, Freire (2018) discorre sobre a conscientização como sendo um processo que se dá num momento determinado, e deve estar em continuação no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada revela um novo perfil, ou seja, não é um processo

que acontece rapidamente e por esse motivo se torna prematuro para externalizar se o RenovaBio de fato está sendo ou não uma boa iniciativa.

Além desses aspectos, há as questões mais operacionais do sistema que também são desafios a serem superados ao longo desse processo de consolidação, visto que os cenários econômicos e políticos apesar de seguirem uma linha de estabilidade, podem ser imprevisíveis em alguns momentos. Contudo, nesse aspecto, faz-se relevante mencionar possíveis intervenções do governo em preços dos combustíveis, que poderia ser uma ruína para o funcionamento do RenovaBio visto que o fato de aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira depende-se do uso do etanol pela grande massa consumidora e isso, perante as leis da oferta e da demanda de Smith (2020), só é possível se o preço estiver competitivo e, portanto, oferta maior que a demanda.

Em relação ao outro ponto, no que tange a venda direta do etanol por parte das usinas produtoras aos postos sem passar pelas distribuidoras, contrário ao modo como trata a legislação hoje, o sistema proposto pelo RenovaBio poderia cair em declínio, visto que cada etapa está para um grupo de organizações, ou seja, um elo da cadeia conforme comentado anteriormente, e nesse caso o grupo mais importante que direciona o RenovaBio seria fortemente afetado, sem essa parte, não haveria cumprimento de metas compulsórias e as produtoras do etanol não teria a quem comercializar os Créditos de descarbonização. Tais interferências do estado são abordadas por Castilla & Oliveira (2018) que comenta o RenovaBio como possuidor de boas perspectivas de funcionamento desde que não sofra esse tipo de interferência, pois ele depende do livre mercado.

Outro aspecto ainda que esses autores destacam, é o fato de que a previsibilidade no setor proposta por essa política pode ser falha visto que, enquanto as distribuidoras têm a obrigação de comprar os CBios, os produtores não têm a obrigação de geração desses títulos, nem de produção de biocombustíveis. Caso o mercado das commodities incentive uma maior exportação, seja de açúcar ou etanol, soja, milho, não existe a obrigação de uma previsibilidade de abastecimento do mercado local a preços competitivos.

Outro ponto de vista que concerne a essa discussão, está no que se refere aos recursos que as usinas recebem através da venda dos CBIOS, é sabido que a sugestão dos criadores dessa política seria que eles utilizassem tais recursos para investir em tecnologias de baixo carbono a fim de aumentar a NEEA (Nota de Eficiência Energético

Ambiental) e possibilitar a emissão de cada vez mais CBIOS, porém, dada a atual conjuntura de cenário pandêmico pelo Covid-19, muitas usinas estão precisando de recursos para atender outras demandas internas que não necessariamente se tratam do aumento da emissão de CBIOS.

Tendo em vista esses aspectos acerca do RenovaBio, um questionamento relevante está na relação entre a preservação ambiental e o incentivo financeiro. O RenovaBio é um exemplo interessante de como é necessário um movimento volumoso envolvendo diversos players da sociedade para se alcançar um objetivo coletivo. Isso sem considerar outros motivos pelo qual o RenovaBio possa ter sido criado se não contribuir para que o Brasil seja capaz de cumprir com o Acordo de Paris (PEREIRA, ROITMAN & GRASSI, 2018).

Diante dessa discussão, grandes movimentações nesse sentido tanto de isenções fiscais, como impostos verdes, são vistos como benéficos tanto para o governo como para incentivar as pessoas e organizações a adquirirem comportamentos mais positivos no tocante à exploração dos recursos naturais. Muitas dessas iniciativas se sustentam nos princípios Protetor-recebedor ou Poluidor-pagador do direito, ou seja, a ação deixa de ser política e passa a ser do contribuinte, atuando o estado como regulamentador, licenciador e fiscalizador (TRINDADE, 2017).

Metodologia

O presente estudo recorre ao entendimento de como especialistas do setor sucroenergético estão olhando para o Renovabio como um instrumento de desenvolvimento sustentável a fim de compreender alguns de seus desafios enquanto política pública do setor sucroenergético.

A abordagem utilizada se deu por análise de discurso, trazida por Pechêux (2006) e Fairclough (2001) como uma interpretação profunda de um determinado discurso envolvendo desde análise linguística até entendimento da relação contextual do discurso com quem o reproduz.

Como primeiro passo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com vistas a construir um referencial teórico substancial que desse consistência ao estudo norteando a coleta de dados.

Definiu-se então, o roteiro semiestruturado para as entrevistas, fundamentado na teoria, que possibilitou o embasamento frente aos conceitos relevantes a serem abordados com os entrevistados. O roteiro conteve 10 perguntas divididas em três blocos sendo o primeiro com questionamentos gerais em relação ao conceito de sustentabilidade e sua relação com o agronegócio e RenovaBio, onde foi possível sentir dos entrevistados o que eles pensam desses conceitos dada suas respectivas experiências. O segundo bloco contendo perguntas mais específicas do RenovaBio como política pública no setor de biocombustíveis, a fim de compreender dos entrevistados como avaliam essa política no que se refere à sua implementação, expectativas e desafios a serem superados. E, por fim um terceiro bloco com questões operacionais da política com o objetivo de entender como eles compreendem três aspectos de possível impasse no funcionamento da política, que se trata do preenchimento da renovacalc, processo que deve ser bem estruturado por ser a base do ciclo de funcionamento da política, o comércio para uma demanda não obrigada que pode impactar diretamente o cumprimento das metas compulsórias pelos distribuidores de biocombustíveis e reinventimentos em recursos de baixo carbono por parte dos produtores num cenário de pandemia pelo Covid-19.

Roteiro Semi-estruturado - Pesquisa Qualitativa	
O conceito de sustentabilidade tem origem em 1987, quando a presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, G. Harlem Brundtland apresentou para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (ONU, 2007). Nesse Relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.' O que você pensa em relação a esse conceito? Considera ser possível preservar o meio-ambiente para as gerações futuras?	Farias, 2014
Dada sua experiência, você considera que o agronegócio se encaixa, ou pode se encaixar, na definição de sustentabilidade? Por quê?	Silva, 2019
Qual a sua opinião sobre a relação do RenovaBio com a Sustentabilidade? Você acredita que ele contribui para o desenvolvimento sustentável?	Denny, 2020
Como você avalia os impactos dos Renovabio no agronegócio?	Denny, 2020
Qual avaliação da implementação do RenovaBio?	Das Graças, 1997
Quais as suas perspectivas em relação aos efeitos do Renovabio nos médio e longo prazos?	Pereira, Roitman & Grassi, 2018

Na sua visão, em quais pontos o RenovaBio pode ser aprimorado?	Castilla & Oliveira, 2018
No que se refere à operação do RenovaBio:	
Qual a sua opinião sobre o método de preenchimento da RenovaCalc?	Denny, 2020
Em relação à comercialização dos Cbios para outros públicos além das distribuidoras, como considera essa questão?	Silva, 2019
Dado o contexto da política, é esperado que os produtores de biocombustíveis utilizem os recursos dos Cbios para investir na cadeia de produção de biocombustíveis de forma a aumentar sua Nota de Eficiência Energética, como você vê essa questão? Acredita ser possível no atual cenário? Em caso negativo, vê essa questão como um fator que pode impactar a agilidade da política em seus objetivos de sustentabilidade?	Pereira, Roitman & Grassi, 2018

Fonte: a Autora

Em seguida, deu-se o início da coleta de dados qualitativos através de entrevistas online por chamadas de vídeo gravadas. O público entrevistado se caracterizou por profissionais e acadêmicos envolvidos diretamente com o setor sucroenergético, portanto com conhecimento detalhado da política nacional de biocombustíveis, o renovabio.

As etapas seguintes se deram pela transcrição das sete entrevistas realizadas, organização das respostas em planilhas separando-as por assunto e análise das falas e opiniões expostas pelos entrevistados a fim de relacionar com autores que trataram tal conteúdo.

Análise e discussão dos dados

Do ponto de vista da análise de discurso, foi possível identificar diferentes abordagens por parte dos entrevistados, que remeteram diretamente o cenário político-social em que vivem e será discutido ao longo desse tópico.

Como coloca Farias (2014), o conceito de sustentabilidade tem origem em 1987, quando a presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, G. Harlem Brundtland apresentou para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (ONU, 2021). Nesse Relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Dito exposto esse conceito aos entrevistados e questionados sobre o que pensam a respeito, a maioria concorda com o conceito, porém todos mencionaram que com ressalvas, colocando-o ou como um dos pilares da sustentabilidade, ou como um norte para um processo que deve envolver melhoria contínua, ou mencionando ainda, ferramentas de mercado que podem ser instrumentos no desenvolvimento sustentável, mas sempre com o entendimento de que se trata de uma abordagem que deixa margem para questionamentos pois não foi unanimidade a concordância integral com esse conceito. Indo em harmonia com o que coloca Farias, 2014 que além de trazer essa definição, menciona que as iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável não são “milagrosas” como podem ser frequentemente colocadas, mas possuem suas limitações que muitas vezes impedem de certos nichos de mercado serem integralmente sustentáveis.

No que tange a esse conceito e até alguns outros discutidos ao longo desse tópico, foi possível a observação de que respostas advindas de acadêmicos tendiam a ser mais críticas, já profissionais atuantes em organizações privadas do setor sucroenergético tenderam a não tomar uma posição tão crítica, mas favorável à política, o que permite a interpretação de que tais entrevistados podem não ter externalizado opiniões pessoais, mas sim posicionamento das instituições em que atuam.

Quando se introduz à pesquisa o questionamento sobre o possível encaixe do agronegócio nesse conceito de sustentabilidade, os retornos dos entrevistados foram afirmativos nessa questão, do ponto de vista de que pode se encaixar pois existem ferramentas no mercado e políticas públicas que direcionam o agronegócio para uma atuação mais sustentável, porém ainda há longo caminho a ser percorrido nesse sentido. Em se tratando de Brasil, justamente porque é um país de vasto território, muitas vezes se torna difícil de ser monitorá-lo integralmente, no que se refere à expansão de áreas agrícolas, por exemplo. Por isso, atuação de políticas públicas nesse ponto é extremamente relevante, haja vista que pode limitar a degradação por parte dos empresários tanto com novas leis como incentivos econômicos. O renovabio e código florestal são exemplos disso.

Esses pontos colocados pelos entrevistados vão em acordo ao que menciona Silva (2019) no que se refere ao fato de que o agronegócio brasileiro possui algumas iniciativas sustentáveis atualmente, mas por vezes superestimados por seus atuantes que evidenciam através da mídia, eventos e publicações, apenas aspectos positivos, porém muitos desafios

ainda existem para serem superados a fim de que essa atividade econômica tão relevante para a economia mundial seja ambientalmente correta.

O RenovaBio como política de descarbonização pode ser visto como instrumento de desenvolvimento sustentável, visto que pretende aumentar a participação de combustíveis renováveis na matriz de transportes brasileira e atua diretamente no agronegócio, visto que as principais matérias primas para esses combustíveis são cana de açúcar e grãos como milho, soja e outras leguminosas. (Denny, 2020)

Esse foi um dos pontos onde todos os entrevistados pontuaram de maneira semelhante de forma a concordar com o que a autora coloca. O RenovaBio é visto como contribuinte para o desenvolvimento sustentável por todos, porém parte deles, pontuaram que não resolve todos os aspectos necessários ou desejáveis para tal desenvolvimento até porque talvez nem seja possível, pois precisaria de múltiplas ações agindo simultaneamente. Essa política foi mais evidenciada como indutora da sustentabilidade no agronegócio, que pode ser vista como um apelo ambiental extremamente relevante, porém não suficiente.

No que tange à implementação do RenovaBio, assim como Das Graças (1997) pontua sobre os aspectos burocráticos de implantação de políticas e menciona o fato de que tais políticas são continuamente melhorandas, converge com o que demonstram as informações obtidas para esse estudo, os envolvidos com essa política mencionaram problemas associados à pandemia do Covid-19, mas se mostram otimistas diante da justificativa de que o início, pela natureza complexa desse processo, é previsível que envolva múltiplas revisões. Tal ponto está relacionado a um outro tópico abordado nas entrevistas que se refere aos aprimoramentos dessa política que especificamente vão de encontro com o que essa autora coloca, inclusive nas falas de um dos entrevistados que comenta o seguinte ponto em relação à implementação do RenovaBio:

Precisávamos urgentemente iniciar uma política estratégica para que a gente desse maior corpo para o avanço dos biocombustíveis no país, e para fazer isso, é claro, tivemos que renunciar a algumas definições ou algumas questões que sabíamos não estar perfeito, até mesmo porque não sabemos exatamente o que seria o perfeito, pois precisamos conhecer melhor isso na prática e aprender no processo (informação verbal, Entrevistado 2)

Assim como coloca Castilla & Oliveira (2018), o RenovaBio possui diversos pontos de oportunidade e alguns deles foram pontuados pelos entrevistados em vários momentos da fala, como a elegibilidade dos grãos que ainda não é possível, dado que esse

mercado possui diversos agentes e com isso ainda não é possível rastrear essa matéria prima inviabilizando sua elegibilidade na confecção da Nota de Eficiência Energética.

Outro ponto sinalizado pelos entrevistados se deu pela tributação dos Cbios que ainda não é claro aos produtores que o comercializam, essa questão foi citada inclusive como um impeditivo de ganhos consideráveis de mercado pelo CBio, uma vez que investidores sempre buscam saber os aspectos tributários de seus ativos.

Ao passo em que se avalia as respostas, é possível observar que todos integralmente mencionaram aspectos econômicos e de ganhos significativos de mercado com o RenovaBio, convergindo com o que expõe Cornell e Damodaran (2020), no sentido de que organizações não estão buscando desenvolvimento sustentável, mas ganhos financeiros ao seu negócio, e é onde entra a relevância de políticas públicas que usufruam dessa oportunidade para induzir comportamentos sustentáveis.

No que tange aspectos operacionais da política, abordou-se o a RenovaCalc, algoritmo que recebe as informações preenchidas pelos produtores e gera a Nota de Eficiência Ambiental que guiará o quanto de Cbios cada um poderá gerar por metro cúbico de etanol produzido. Assim como relembra Denny (2020), as informações inseridas pelas usinas na RenovaCalc passam por consulta pública, a fim de que outros agentes de mercado possam ter acesso à essas informações podendo-se assim evitar fraudes ou equívocos na inserção das informações.

Referente esse ponto, os entrevistados pontuaram a importância dessa certificação para garantir a fidedignidade dos dados, caracterizaram também a Renovacalc como instrumento de fácil manipulação, apontando apenas alguns problemas metodológicos do ponto de vista de falta de informações por parte das usinas num momento inicial e checagem de dados dentro da própria planilha. É uma etapa operacional, porém importante, mas não tende a apresentar tantos problemas em momentos pós certificação.

Dado o contexto da política, é esperado que os produtores de biocombustíveis utilizem os recursos da venda dos Cbios para investir na cadeia de produção de biocombustíveis de forma a aumentar sua Nota de Eficiência Energética, o que pode ser feito através de iniciativas de biotecnologia, aumento de produtividade, substituição de diesel por biocombustíveis também no processo produtivo, dentre outras iniciativas como coloca Pereira, Roitman & Grassi (2018). Questionados sobre esse aspecto, obteve-se retorno uniforme dos entrevistados, pois por ser uma política relativamente nova, o CBIO

ainda não gera receita suficiente aos produtores, para permitir altos reinvestimentos para aumento da Nota, no entanto, bancos estatais apoiadores da política estão fornecendo linhas de crédito exclusivas para empresas que provarem já estar diminuindo seus fatores de emissão, o que contribui para crescimento da política, uma vez que o aumento da nota possibilita mais emissão de CBIOs.

Ainda diante desse aspecto, existe um desafio relevante que diz respeito aos ganhos dos fornecedores de matéria prima que também deve se enquadrar aos critérios de elegibilidade para que seu produto seja incluído aos ganhos do produtor de combustível, porém uma das lacunas ainda presentes está no que se refere ao repasse de recursos a esses fornecedores.

Diante do exposto, foi possível identificar diversos pontos de oportunidade na política, além de características dos entrevistados que evidenciaram claramente suas posições, o que ilustra o mencionado por Pechêux (2006) de que o contexto é um dos principais embasamentos em discursos, tanto em termos de linguagem como em sentido de opiniões, posicionamentos e profundidade.

Olhando para o posicionamento dos entrevistados, foi possível observar que os inseridos em grandes organizações, por vezes, tomaram posição de representantes delas mencionando pontos pertencentes à missão, visão e valores das empresas as quais atuam, o que pode demonstrar receio em evidenciar de maneira clara suas próprias críticas tanto à instituição como ao setor sucroenergético como um todo. Por outro lado, pesquisadores tomaram uma posição mais crítica da política claramente influenciados pelo meio em que atuam.

Considerações Finais

Diante dessas discussões acerca do Renovabio no contexto da sustentabilidade e agronegócio, pode-se considerar que apesar de ser um programa que carrega uma proposta muito satisfatória, possui suas complexidades quando da sua operacionalização, visto que envolve negócios com empresas de diferentes objetivos de mercado e conseguir que todas as partes estejam alinhadas para se chegar a um mesmo objetivo é uma tarefa complexa, ainda mais quando se envolve negócios com riscos de ganhos e perdas financeiros entre uma parte e outra.

Do ponto de vista da análise de discurso, observou-se diferenças entre as falas dos entrevistados que podem ser justificadas pelas suas vivências, desde vieses provenientes do meio profissional em que vivem até opiniões pessoais influenciadas pela formação e cenário político-social em que estão inseridos.

Entretanto, uma posição comum se deu pelo fato de todos conseguirem enxergar lados positivos e negativos no programa, não houve opiniões integralmente contrárias ou integralmente favoráveis, demonstrando que, como toda política pública, esse programa enfrenta certas burocracias, mas possui potencial para ser fator de diferencial na cadeia de biocombustíveis ao passo que atua como indutor de uma economia de baixo carbono no setor de transportes.

Os principais desafios que a política enfrenta hoje e merece atenção das instituições à sua frente, está no que tange a elegibilidade dos grãos, a tributação do Cbio, a remuneração dos fornecedores e o principal deles, o comprometimento dos agentes envolvidos para mantê-la em prática.

Todavia, esses fatos não tiram o potencial da política que, se for satisfatória em suas atividades e resultados, atuando nesses possíveis percalços, agindo preventivamente contra outros problemas, e concomitantemente, conseguir que os players atuem com ética, comprometimento e consciência, pode obter resultados satisfatórios e tem muito a acrescentar para o Brasil positivamente.

Como sugestões para estudos futuros, pode-se recomendar uma pesquisa qualitativa com vários representantes de cada grupo de *stakeholders* tais como os distribuidores, usinas, empresas certificadoras, órgãos governamentais, também uma análise das perspectivas de mercado para os CBios, esse que inclusive pode também ser adquiridos por outras pessoas físicas ou jurídicas que não são distribuidores de combustíveis, e também uma análise dessa política na sociedade e o modo como impactaria a principal massa consumidora de combustível.

Não são poucos os desafios que permeiam o RenovaBio e ainda existem longos caminhos a serem percorridos, portanto cabe aguardar os próximos capítulos e acontecimentos sempre com constante monitoramento para futuras avaliações.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **RenovaBio**. 2020. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/producao-de-biocombustiveis/renovabio>. Acesso em: 15/05/2021.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão**. 1994. Universidade de São Paulo.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. 2020. Acesso em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 01/06/2021

CASTILLA, L. R. C.; DE OLIVEIRA, B. G. **Desafios da implantação do programa RenovaBio: insights brasileiros para a descarbonização do setor de transporte**. A GOVERNANÇA AMBIENTAL E SEUS COMPROMISSOS, p. 35, 2018.

CNA. **PIB do agronegócio tem crescimento recorde de 24,31% em 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-tem-crescimento-recorde-de-24-31-em-2020>. Acesso em: 02/06/2021.

CORNELL, B.; DAMODARAN, A. **Valuing ESG: Doing good or sounding good?** 2020.

DAS GRAÇAS RUA, M. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil**. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

DENNY, D. M. T. Competitive renewables as the key to energy transition—RenovaBio: the Brazilian biofuel regulation. *In: The regulation and policy of latin American energy transitions*: Elsevier, 2020. p. 223-242.

DOS SANTOS, Z. B.; DE OLIVEIRA, U. J.; GUALBERTO, C. L. **O discurso midiático do agronegócio no Brasil sob um olhar da Análise Discursiva Crítica e da Semiótica Social**, 8, n. 1, p. 159-178, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2001

FARIAS, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, 2, n. 1, p. 2-25, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização**. Cortez editora. 2018

ETULAIN, C. R. **Macroeconomia**. Oferta e demanda. Universidade Estadual de Campinas. 2019

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Balança comercial brasileira: Séries históricas**. 2020. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 16/05/2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **RenovaBio**. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/acoes-e-programas/programas/renovabio>. Acesso em: 02/06/2021

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.

PECHÊUX, M. **O Discurso Estrutura ou Acontecimento**. Pontes, 2006.

PEREIRA, G.; ROITMAN, T.; GRASSI, C. O planeta, o Brasil e o RenovaBio. **Boletim de Conjuntura**, n. 8, p. 19-23, 2018.

PORTNEY, K. E. **Sustainability**. MIT Press, 2015.

ROBERTSON, M. **Sustainability principles and practice**. Routledge, 2021.

SILVA, L. R.; DE SOUZA, G. V. A. **A psicosfera da sustentabilidade no setor sucroenergético: mercantilização das “soluções” aos dilemas ambientais a partir do cultivo flexível**. V Geosimpósio. 2019

SMITH, A. **A Riqueza das Nações-Adam Smith: Vol. I**. LeBooks Editora, 2020.

THIELE, L. P. **Sustainability**. John Wiley & Sons, 2016.

TRINDADE, A. A. C. A.; LEAL, C. B. **Direitos humanos e meio ambiente**. Expressão Gráfica e Editora, 2017.

UDOP. **RenovaBio é Sucesso em 2020 e traz novas perspectivas para o mercado de biocombustíveis em 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.udop.com.br/noticia/2021/02/10/renovabio-e-sucesso-em-2020-e-traz-novas-perspectivas-para-o-mercado-de-biocombustiveis-em-2021.html>. Acesso em: 31/05/2021.

ZUURBIER, P.; VAN DE VOOREN, J. **Sugarcane ethanol: Contributions to climate change mitigation and the environment**. Wageningen Academic Publishers, 2008.

ZAK, A. **TRIPLE BOTTOM LINE CONCEPT IN THEORY AND PRACTICE**. *Research Papers of The Wroclaw University of Economics/Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego We Wrocławiu*, n. 387, 2015.